



ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

Maj Com GUSTAVO CAMPOS ROSA

**Análise das relações de poder entre
Brasil e Estados Unidos da América**

Rio de Janeiro

2018



Maj Com GUSTAVO **CAMPOS** ROSA

Análise das relações de poder entre Brasil e Estados Unidos da América

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares.

Orientador: Ten Cel Inf Marcelo Monteiro **Maltez**

Rio de Janeiro
2018

S 574 Silva, João Neves da.

O Escritório de Projetos no Estado-Maior do Exército:
um estudo de caso. / João Neves da Silva. – 2007.
116 f. : il ; 30cm.

Dissertação (Mestrado) - Escola de Comando e
Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2007.
Bibliografia: f. 104-106.

1. Escritório de Projetos. 2. Gestão. 3. Planejamento
Estratégico. I. Título.

CDD 658.15

Maj Com GUSTAVO **CAMPOS** ROSA

Análise das relações de poder entre Brasil e Estados Unidos da América

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de Comando e
Estado-Maior do Exército, como requisito
parcial para a obtenção do título de
Especialista em Ciências Militares.

Aprovado em _____ de 2018.

COMISSÃO AVALIADORA

Ten Cel Inf Marcelo Monteiro **Maltez** - Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Ten Cel Inf **Antoine** de Souza Cruz - 1º Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Ten Cel Inf Gustavo **Assad** Praga Rodrigues - 2º Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

A Deus, por Sua infinita sabedoria e bondade, ao haver me presenteado com uma família que tanto me conforta, inspira e apoia.

AGRADECIMENTOS

Ao Tenente-Coronel Marcelo Monteiro Maltez, meus sinceros agradecimentos pela orientação sempre oportuna, bem como pelo incentivo e cordialidade a mim dispensados. Sua inestimável diligência para transmitir conselhos e esclarecimentos foi imprescindível na consecução deste trabalho.

A minha amada esposa Lili e filho Arthur, minhas fontes de inspiração, agradeço-os por seu carinho, amor e compreensão.

RESUMO

O relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos da América é, tradicionalmente, pautado pela complementaridade e colaboração para consecução de objetivos comuns. No entanto, esta convergência de propósitos têm variado de acordo com as injunções de cada período histórico. Neste sentido, observa-se que a conjuntura internacional e as circunstâncias domésticas que envolveram a transição dos governos Rousseff-Temer, no Brasil, e Obama-Trump, nos EUA, modificaram o perfil desta relação. É, pois, fundamentado nestas premissas que o presente trabalho se propõe a analisar as relações de poder, recentemente, desenvolvidas por estes estados, tendo como principais parâmetros para avaliação os pressupostos teóricos preconizados por Joseph Nye.

Palavras-chave: Brasil, Estados Unidos da América, relações de poder.

ABSTRACT

The relationship between Brazil and the United States of America is traditionally guided by complementarity and collaboration to achieve common goals. However, this convergence of purposes has varied according to the injunctions of each historical period. In this sense, it is observed that the international conjuncture and the domestic circumstances that involved the transition of the governments Rousseff-Temer in Brazil and Obama-Trump in the USA, modified the profile of this relationship. It is, therefore, based on these premises that the present work proposes to analyze the relations of power recently developed by these states, having as main parameters for evaluation the theoretical presuppositions advocated by Joseph Nye.

Key words: Brazil, United States of America, power relations.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
1.1 PROBLEMA.....	10
1.2 OBJETIVOS.....	10
1.3 JUSTIFICATIVAS DA PESQUISA.....	11
2 METODOLOGIA.....	12
2.1 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	12
2.2 CONCEPÇÃO METODOLÓGICA.....	13
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
4 PRINCIPAIS ASPECTOS HISTÓRICOS DA RELAÇÃO BRASIL - EUA.....	17
5 APLICAÇÃO DO PODER PELO BRASIL.....	20
5.1 PODER GEODEMOGRÁFICO.....	20
5.2 PODER MILITAR.....	22
5.3 PODER ECONÔMICO.....	23
5.4 PODER POLÍTICO-DIPLOMÁTICO.....	27
5.5 CONCLUSÃO PARCIAL.....	29
6 APLICAÇÃO DO PODER PELOS EUA E SUA COMPARAÇÃO COM A APLICAÇÃO PELO BRASIL.....	30
6.1 PODER GEODEMOGRÁFICO.....	30
6.2 PODER MILITAR.....	33
6.3 PODER ECONÔMICO.....	34
6.4 PODER POLÍTICO-DIPLOMÁTICO.....	39
6.5 CONCLUSÃO PARCIAL.....	40
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
8 REFERÊNCIAS.....	44

1 INTRODUÇÃO

Em 2016, a presidência da república do Brasil enalteceu o fato de que os “norte-americanos foram os primeiros a reconhecer a Independência do Brasil, em 1824. [E que] a tradição é de diálogo permanente”, ao destacar os principais pontos da relação entre o Brasil e os Estados Unidos da América (EUA) (BRASIL, 2016). Este enfoque denota a importância creditada a este país pelo Brasil em sua política exterior.

De fato, para o Brasil, os EUA ocuparam uma posição central em suas relações internacionais, figurando como o principal parceiro diplomático do país por décadas, e também como seu maior parceiro comercial até recentemente. Por outro lado, percebe-se que, para os EUA, o Brasil representa, na melhor das hipóteses, um país periférico no cenário político internacional e no panorama da economia global, muito embora os norte-americanos sejam cuidadosos o suficiente para sempre destacar a importância da parceria com o Brasil. Estes aspectos levaram Andrade (et al., 2017) a argumentar que a relação Brasil-EUA têm sido marcadamente assimétrica, com predomínio da influência dos EUA sobre o Brasil.

Com efeito, os EUA alcançaram uma grande projeção internacional por ocasião da II Guerra Mundial e durante a emergência da Guerra Fria, induzindo o Brasil a pautar sua postura, em âmbito internacional, por um estrito alinhamento àquele país. Não obstante, o arrefecimento da Guerra Fria, o surgimento de novos desafios à liderança dos EUA no sistema internacional, e a obtenção de certa estabilidade pelo Brasil ao início do século XXI, as relações entre os dois países não se modificaram substancialmente. Este quadro tampouco foi afetado, mesmo depois da controversa eleição do republicano Donald Trump para a presidência dos EUA em 2016, diante de suas predileções de unilateralismo na política externa, e da deposição da presidente do Brasil, Dilma Rousseff, via *impeachment*, também em 2016. Nesse contexto, é absolutamente válido especular sobre os principais óbices que têm impedido o Brasil de superar as assimetrias existentes na sua relação com os EUA a partir do processo de transição entre os governos Dilma Rousseff-Michel Temer no Brasil e Barack Obama-Donald Trump nos EUA.

Recorrendo à tradição realista das Relações Internacionais (RI) para melhor compreender este fenômeno, verifica-se que o cenário internacional é estruturado de forma assimétrica, devido a natureza desnivelada do relacionamento entre os estados e demais atores não estatais. A desigualdade inerente aos estados nacionais

decorre, principalmente, das diferenças no nível de desenvolvimento socioeconômico, peso político, aspectos geodemográficos e da capacidade bélica entre os atores envolvidos (CASTRO, 2012).

Segundo Castro (2012), quando um país exerce significativa influência sobre outro estado soberano, então há uma clara relação de poder, a qual inclui, além das agências estatais, outras organizações e entidades fora do estado. Neste caso, o poder deve ser compreendido como a capacidade potencial de uso da força (ameaça) e como o uso fático da força (coerção) para submeter outros atores a uma vontade, e pode envolver agências estatais, bem como organizações ou entidades externas ao estado, com direto interesse e conjugação.

Com intuito de possibilitar a avaliação do poder de cada ator no cenário internacional, Castro (2012) concebeu uma série de critérios subdividindo o poder em cinco categorias de elementos, os quais foram associados a certos fatores específicos. São eles os poderes geodemográfico, econômico, militar, político-diplomático e cultural.

Neste sentido, a abordagem de Joseph Nye é bastante adequada para a compreensão das relações entre o Brasil e os EUA. Além de acadêmico de destaque, Nye desempenhou expressivos cargos na administração federal dos EUA. Esta larga experiência lhe conferiu uma posição de relevo entre os analistas das RI, ao apresentar uma visão crítica bastante atualizada acerca do protagonismo ora desempenhado pelos EUA, e em face das recente projeção dos BRICS, dentre os quais inclui-se o Brasil.

Para este acadêmico estadunidense, o exercício do poder envolve o emprego de elementos que se distinguem entre *recursos de poder duro (hard power)* - contingentes militares, recursos econômicos e naturais, dentre outros ativos mensuráveis que induzem à coerção e *recursos de poder suaves (soft power)* - influência ideológica e institucional, que sugerem atração (BRASIL, 2016).

A partir deste entendimento, pode-se considerar que a assimetria na relação Brasil-EUA está baseada, em grande medida, nas discrepâncias na aplicação dos elementos do poder entre os dois países.

É, pois, alicerçado no quadro político explicitado, e tendo Joseph Nye como no referencial teórico, que o presente trabalho examinou as relações desenvolvidas entre o Brasil e os EUA.

1.1 PROBLEMA

Este trabalho foi motivado pela percepção de que a relação assimétrica entre o Brasil e os EUA modificou-se conforme as injunções preponderantes em cada contexto histórico. Logo, os aspectos deste relacionamento durante a recente transição presidencial em ambos países, dado o seu caráter insólito, indicou um fato digno de ser investigado. Eis, portanto, o mérito do seguinte questionamento:

Considerando-se os principais elementos do poder empregados nas RI, quais são os principais óbices à superação pelo Brasil das assimetrias existentes em sua relação com os EUA?

1.2 OBJETIVOS

Segundo estudos realizados por Creswell (2010) acerca de métodos aplicados às pesquisas científicas, a declaração do objetivo figura entre as partes mais importantes de todo o estudo. Por esta razão, é imperativo apresentá-lo de modo claro e específico, devendo ser enunciado em um tópico destacado dos demais. Assim sendo, está indicado, a seguir, o objetivo geral desta pesquisa, bem como estão delineados os dois objetivos específicos indispensáveis à consecução daquele primeiro.

1.2.1 Objetivo Geral

Ao realizar a pesquisa científica, capaz de responder satisfatoriamente à situação-problema formulada, foi necessário estabelecer alguns tópicos que, uma vez atingidos, atenderiam ao propósito de identificar como tem sido desenvolvidas as relações entre Brasil e EUA recentemente. Assim sendo, foi estabelecido o seguinte objetivo geral:

Comparar a aplicação dos principais elementos de recursos de poder empregados por Brasil e EUA com o fito de se identificar os principais óbices à superação pelo Brasil das assimetrias existentes em sua relação com aquele país.

1.2.2 Objetivos Específicos

A fim de possibilitar a consecução do objetivo primordial já indicado, de modo analítico, foram estabelecidos três objetivos intermediários a serem atingidos, os

quais oportunizarão o encadeamento lógico do raciocínio descritivo apresentado neste estudo. São eles:

a. Verificação dos principais aspectos históricos da relação Brasil - EUA.

b. Identificação da aplicação do poder pelo Brasil.

b. Identificação da aplicação do poder pelos EUA e sua comparação com a aplicação do poder pelo Brasil.

1.3 JUSTIFICATIVAS DA PESQUISA

A pertinência desta pesquisa está plenamente comprovada diante da possibilidade de se obter ensinamentos válidos a partir de um exame, devidamente balizado pelo rigor científico, acerca da recente atuação do Brasil em sua relação com os EUA, quer seja em suas relações bilaterais ou em fóruns multilaterais.

Evidencia-se, portanto, que a compreensão deste fenômeno, e de seus possíveis desdobramentos, é bastante útil ao levantamento de cenários prospectivos voltados a promover uma maior nova inserção do Brasil no ambiente internacional.

Por fim, cumpre destacar, ainda, que a questão investigada neste trabalho poderá contribuir com futuras pesquisas, sobretudo, relacionadas ao propósito de conceber estratégias voltadas para a ampliação da projeção do Brasil.

2 METODOLOGIA

2.1 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Esta seção destina-se a apresentar o delineamento do escopo da pesquisa realizada. Para tanto, cumpre destacar, inicialmente, que a obra de Joseph Nye forneceu os referenciais teóricos utilizados como critérios para determinação de alguns recortes conceituais.

O objeto examinado, conforme já mencionado, consistiu na relação de poder entre o Brasil e os EUA. Assim sendo, a análise procedida foi pautada pelos parâmetros de *hard power* (poder duro) e *soft power* (poder brando), pontuados por Joseph Nye. E, para a consecução desta análise, foram adotados os principais fatores associados aos elementos de poder indicados por Castro (2012), excetuando-se o poder cultural, conforme apresentado na tabela abaixo:

Tabela 1 - Principais fatores associados aos elementos do poder

Poder geodemográfico	População e desenvolvimento social, políticas públicas correlatas, território, e questões transfronteiriças.
Poder militar	Disponibilidade de arsenal nuclear, orçamento e dotação das forças armadas em condições de pronto emprego
Poder econômico	PIB, intercâmbio comercial, produção industrial e agrícola, energia, recursos naturais.
Poder político-diplomático	Participação e articulação política em fóruns e organismos internacionais.

Fonte: Teoria das Relações Internacionais, adaptado pelo autor

Além disso, o estudo deste relacionamento privilegiou as duas principais fontes de poder fundamentadas nas teorias de Nye. Para tanto, este trabalho de pesquisa valeu-se da análise de dados que expressam os recursos clássicos de poder duro (população, território, reservas minerais e naturais, indicadores econômicos, gastos militares), associados ao poder de comando, bem como aos recursos de poder brando (discursos presidenciais e ações diplomáticas) vinculadas ao poder cooperativo.

No que tange à delimitação temporal do objeto em análise, a pesquisa realizada priorizou os eventos ocorridos entre 2009 e 2018, a fim possibilitar o melhor enquadramento da conjuntura vigente durante a transição das administrações Dilma-Temer no Brasil e Obama-Trump nos EUA. Não obstante este critério adotado, foi necessário ampliar o escopo da pesquisa, conforme se verifica no Capítulo 4, com

intuito de apresentar os alguns dados históricos fundamentais, os quais ainda repercutiam na relação Brasil - EUA no período estudado.

Além disso, é importante salientar que a abordagem desta relação não se limitou ao nível bilateral. Isto posto, foram destacados para observação alguns fóruns multilaterais nos quais os referidos atores têm interagido indiretamente.

2.2 CONCEPÇÃO METODOLÓGICA

A pesquisa empreendida foi do tipo qualitativa. Esta opção permitiu as condições adequadas para abordagem do tema por conferir uma perspectiva integrada do fenômeno, objeto de análise, e o estabelecimento dos nexos causais essenciais à resolução da questão proposta.

Além disso, esta pesquisa está classificada, quanto à finalidade, como sendo do tipo aplicada, haja vista tratar-se de uma situação-problema, de fato, existente.

Por fim, houve o entendimento de que a pesquisa bibliográfica, baseada na literatura especializada e em documentos oficiais, seria o melhor procedimento para reunião dos dados.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Joseph S. Nye Jr é um consagrado teórico estadunidense, amplamente reconhecido no campo de estudos das Relações Internacionais. Sua obra contempla os efeitos da globalização e da cooperação internacional com foco na manutenção da liderança dos EUA a nível global (MAIER, 2016).

No meio acadêmico, Nye se destaca pelo profícuo trabalho desenvolvido na Universidade de Harvard. Registre-se, ainda, sua íntima relação com a esfera estatal, tendo ocupado cargos determinantes na formação de política externa dos EUA durante a administração Clinton (CASTRO, 2012), bem como a presidência do Grupo de Conselho de Segurança Nacional dos EUA para a Não Proliferação de Armas Nucleares e a representação dos EUA no Comitê Consultivo sobre Assuntos de Desarmamento da Secretaria Geral da ONU. Depreende-se daí a influência de Nye na concepção e implementação da política internacional dos EUA.

Na acepção de Nye, alguns temas clássicos como os conflitos entre os estados são relativizados em detrimento de questões envolvendo aspectos econômicos, culturais, políticos e sociais, como democracia, meio ambiente e direitos humanos diante da complexidade do mundo pós Guerra Fria (1945-1989). Para tanto, é primordial o entendimento de que os fluxos de capital, bens, pessoas e informação intensificaram-se com a globalização, intensificando a interdependência entre os estados. Para Nye, a compreensão este fenômeno é a base para entender a dinâmica das políticas domésticas e externas dos estados nacionais.

Em termos conceituais a interdependência corresponde aos efeitos recíprocos que se estabelecem entre países ou entre atores de diferentes países como produto do aumento e aprofundamento dos contatos internacionais. Estes contatos ocorrem além-fronteiras e produzem situações de dependência mútua, abrangendo fenômenos diversos: socioculturais, políticos, econômicos (comerciais e financeiros), ambientais e técnicos. Os Estados são afetados e determinados significativamente por forças externas, tanto de forma simétrica quanto assimétrica (PECEQUILO, 2012).

Deste modo, contrariamente a uma corrente de pensadores que especularam sobre o desaparecimento e a superação dos estados nacionais, Nye nega essa tendência, preconizando a existência de um rearranjo no sistema internacional (ZAHAN e RAMOS, 2006).

Para Nye, as teorias das Relações Internacionais (RI) estabelecidas, até então, não seriam capazes de explicar toda a complexidade do sistema internacional. De acordo com seu pensamento, os pressupostos realistas das RI, como a preocupação com o equilíbrio de poder militar, deveriam ser associados a uma abordagem liberal. Para ele, este novo enfoque deveria nortear a ação dos políticos (MAIER, 2016).

Outro aspecto do pensamento de Nye refere-se às considerações formuladas acerca da hegemonia estadunidense e de suas derivações em dos múltiplos níveis de poder, ou tabuleiros. Para ele o poder dos atores no cenário internacional foi estratificado em três níveis: um militar, onde prevalece a unipolaridade dos EUA; um econômico, no qual há multipolaridade compartilhada, principalmente, por EUA, União Europeia, e Japão; e um terceiro nível transnacional, onde a polaridade é bastante difusa em função da coexistência dos estados com agentes estatais no tratamento de temas transnacionais, como mudança do clima, crime, terror e pandemias (ZAHAN e RAMOS, 2006).

Quanto aos recursos de poder, Nye os identifica como o elemento fundamental da política, sendo sua posse determinante para a capacidade de atuação e projeção dos países no sistema internacional. Segundo o autor, estes recursos devem ser empregados, concomitantemente, recursos de poder vocacionados à coerção e à cooperação (PECEQUILO, 2012).

Ainda quanto ao conceito de recursos de poder, Nye os classifica sob dois aspectos: uma baseada na sua característica comportamental (*behavioral power*) e outra baseada em suas fontes (*resource power*).

Dessa forma, o poder comportamental divide-se em mais duas formas: o poder de comando (*command power*) e o poder cooptativo (*cooptive power*). O poder de comando é definido sinteticamente por Nye como uma “habilidade de mudar o que os outros fazem” (...) e se manifesta por meio da coerção ou da indução. Já o poder cooptativo refere-se à habilidade de modificar as preferências dos outros atores, isto é, moldar o pensamento dos outros para que estes ajam de uma determinada forma (MAIER, 2016).

A concepção de Nye estabelece, ainda, que cada forma de poder comportamental corresponde, inicialmente, a uma fonte de poder. Neste caso, o poder de comando estaria vinculado ao duro (*hard power*), e o poder cooptativo ao poder brando (*soft power*). Contudo, ao detalhar suas observações, Nye admite que, em face do contexto analisado, mesmo os conceitos de poder duro ou brando podem ser aplica-

dos tanto para designar uma face comportamental, quanto uma face de recursos do poder (NYE, 2012).

Assim sendo, o poder duro, enquanto fonte de poder, está intimamente ligado à escola realista das RI, com ênfase em aspectos como a população, o território, a riqueza mineral e natural, a quantidade de capital, a preparação e equipagem das forças armadas, bem como as capacidades de fazer a guerra, de aplicar sanções econômicas e de conceder incentivos tributários (NYE, 2012).

Já o poder brando, enquanto fonte de poder, vincula-se à noções de promoção dos valores políticos e ideológicos. Neste caso, a atuação de política externa visa, sobretudo, um ambiente persuasivo e favorável aos interesses do Estado influenciador (NYE, 2012).

Por fim, visando à consecução deste trabalho, foi necessário recorrer, ainda, às reflexões de Nye (2012) sobre os novos desafios à liderança dos EUA, com menção à emergência de novos atores no cenário internacional, com destaque para o Brasil.

4 PRINCIPAIS ASPECTOS HISTÓRICOS DA RELAÇÃO BRASIL - EUA

O Brasil e os Estados Unidos da América (EUA) são historicamente parceiros. Ao longo do século XX, desenvolveram uma relação bilateral que motivou o estabelecimento de cooperação econômica e de alianças militares. Ainda assim, este relacionamento tem evidenciado um subjacente conflito de interesses, em que a posição brasileira oscila entre o alinhamento ideológico e o universalismo, diante da tradicional autonomia norte-americana em sua política exterior (CERVO, 2008).

Diante desta perspectiva, observa-se que, na primeira metade do século XX, a relação entre o Brasil e os EUA tendeu à aproximação, bem caracterizada na diplomacia de Rio Branco (1845-1912), e nas presidências de Getúlio Vargas (1882-1954) e Juscelino Kubitschek (1902-1976) (ALMEIDA, 2005).

Na sequência, houve grande ascensão dos EUA no sistema internacional. Sob a condição de membro permanente do Conselho de Segurança da ONU e de país nuclearmente armado, de acordo com a Carta da ONU e com o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, respectivamente, os EUA foram alçados à condição de potência hegemônica do hemisfério ocidental (CASTRO, 2012). Desta maneira, a possibilidade de veto e de emprego de armas nucleares por parte dos EUA, praticamente, condicionou a atuação do Brasil no cenário internacional em meados daquele século, restringindo sua projeção.

Por outro lado, é possível verificar que este relacionamento entre Brasil - EUA modificou-se a partir do período de distensão da Guerra Fria, ampliando o espaço de atuação do Brasil na arena internacional. Decorre daí as divergências acerca do voto anti sionista relativo à Resolução 3379 da Assembleia Geral das Nações Unidas e da aproximação do Brasil aos países árabes durante a década de 1970. Isto suscitou certa indiferença, desconfiança e competição entre os dois países. Tal fato ficou patente quando da denúncia, em 1977, do Acordo de Assistência Militar entre os dois países, cuja assinatura datava do governo Vargas (ALMEIDA, 2005) e que previa estabelecendo o fornecimento de material norte-americano para o Exército brasileiro em troca de minerais estratégicos.

Em uma etapa histórica posterior, constata-se, ainda, que a renúncia dos anseios brasileiros por autonomia internacional e afirmação regional, ao longo dos anos 1980 e 1990, cederam à aceitação de uma interdependência consciente em relação aos EUA. Esta situação deveu-se, em grande medida, pelas significativos

eventos ocorridos ainda na década anterior, dentre os quais deve-se citar o fim do *Milagre Econômico Brasileiro*, após a duas crises do petróleo (1973 e 1979) e as transformações no sistema financeiro internacional que terminaram por instituir o dólar americano como moeda fiduciária. Almeida (2005) argumenta que as relações entre os dois países foram marcadas por uma acentuada assimetria nos planos econômico, tecnológico e militar, ainda que o Brasil tenha buscado introduzir, no plano diplomático, maior equilíbrio político.

Ainda em fins do século XX, o Brasil foi afetado pelos preceitos econômicos defendidos pelo gestão do presidente norte-americano Ronald Regan, intitulados de Consenso de Washington, levados a cabo pelo FMI e Banco Mundial. A implementação de medidas pelo governo brasileiro, à época, em conformidade com o Consenso, como a privatização, a abertura comercial, a atração ao investimento estrangeiro direto e a adoção de taxas de juros favoráveis aos investidores estrangeiros, conduziram o país à uma grave crise econômica.

No novo milênio, as relações entre estes países foram condicionadas pelos efeitos produzidos pela Guerra Global contra o Terror (GWT), em face dos atentados perpetrados em 11 de setembro de 2001 contra os EUA. A percepção da presença de novas formas de violência no sistema internacional, tendo os EUA como principal alvo das ameaças, reforçou o unilateralismo daquela potência (RAMOS e ZAHRAN, 2006).

A dinâmica desta relação só foi superada por ocasião das gestões Obama nos EUA e Rousseff no Brasil. Para tanto, Obama empreendeu uma revisão da GWT, empregando o termo “poder inteligente” para simbolizar o novo estilo e prioridades estratégicas (PECEQUILO, 2012).

A esse respeito, a Secretária de Estado americano à época, Hillary Clinton, assim se expressou:

Estamos vivendo em um mundo profundamente interdependente no qual as velhas regras e fronteiras não mais se aplicam (...) Precisamos fazer uso do que vem sendo chamado de “poder inteligente”, de todas as ferramentas ao nosso dispor – diplomática, econômica, militar, político, legal e cultural, escolhendo as ferramentas certas e sua combinação para cada situação. Com o poder inteligente, a diplomacia estará na vanguarda da política externa. (PECEQUILO, 2012 apud. CLINTON, 2009).

Em consonância, ao ser empossada, a presidente Dilma Rousseff declarou, em 2011, sua intenção de preservar e aprofundar as relações do Brasil com os EUA

sem, no entanto, abandonar a tradição brasileira de multilateralismo na arena internacional (PECEQUILO, 2012 apud. ROUSSEFF, 2011).

Recentemente, o impeachment da presidente Dilma Rousseff, em decorrência de improbidade administrativa, fragilizou a imagem do Brasil no cenário internacional. Ao avaliar os problemas brasileiros em sua obra intitulada *O Futuro do Poder* de 2012, Nye (2012) já fazia menção ao fato de que devido à corrupção o país ocupava o 75º lugar entre 180 países no índice de percepção de corrupção da Transparência Internacional. Recentemente, dirigindo-se ao Congresso Nacional brasileiro em 2017, o novo presidente, Michel Temer, reconheceu a gravidade da crise política doméstica e seus efeitos nefastos para o país (TEMER, 2017).

Por seu turno, os EUA também enfrentam sérios desafios. Em entrevista à revista *Forbes*, o presidente Donald Trump, empossado em 2017, declarou-se favorável à renúncia de compromissos internacionais assumidos por antigas administrações, sobretudo em âmbito multilateral, contrários à sua política externa, fazendo alusão a máxima de sua campanha eleitoral “[Estados Unidos da] América primeiro!” (TRUMP, 2017).

À vista do que foi apresentado, constata-se o fato de que, apesar de o Brasil e os EUA serem estados iguais em direitos, não o são de fato. Esta distinção é reforçada pelas peculiaridades dos processos de evolução histórica de cada país a partir de meados do século XX, os quais legaram aos EUA o *status* de potência hegemônica, nos campos militar e econômico, no hemisfério ocidental.

Por fim, pode-se inferir da análise dos principais aspectos históricos da relação Brasil-EUA que a primazia dos EUA foi acentuada por ocasião da assunção de Trump e Temer aos governos norte-americano e brasileiro. Isto decorre, sobretudo, postura notadamente unilateralista dos EUA na arena internacional, e da grave crise política ocorrida no Brasil em âmbito doméstico.

5 APLICAÇÃO DO PODER PELO BRASIL

5.1 PODER GEODEMOGRÁFICO

5.1.1 População

Em 2009, o Brasil possuía o quinto maior contingente populacional do mundo. Este fato, associado a um consistente crescimento populacional, lhe confere expressiva força de trabalho capaz de atuar nos diversos setores da economia, bem como um vasto mercado interno. Neste sentido, o poder de compra da população foi privilegiado no governo Dilma, o qual passou a reajustar, a partir de 2011, o salário mínimo de acordo com a variação da inflação mais a elevação do PIB dos anos anteriores (BRASIL, 2011).

Ainda assim, Joseph Nye (2012) argumentou que o Brasil enfrenta sérios problemas sociais, ao apontar para a expressiva desigualdade social, para o alto nível de criminalidade no país e para a sobrecarga em seu sistema legal. Também salientou a crença de que há necessidade de investimentos em educação com vistas ao aumento do índice de produtividade no país.

Durante a gestão de Dilma Rousseff o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), no Brasil, foi elevado. Elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU), este índice representa uma composição de indicadores que tenta resumir o grau de desenvolvimento humano do país, compreendendo fatores como a expectativa de vida ao nascer, o nível de educação e o PIB *per capita*. Conforme o relatório de desenvolvimento humano, publicado em 2016, pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, O IDH brasileiro subiu de 0,724, em 2010, para 0,754 em 2015, que corresponde a um alto índice de desenvolvimento humano.

Por outro lado, as medidas adotadas no período afetaram a Previdência Social, impactando o orçamento público. Por meio dos dados fornecidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018), constata-se que, devido à alta do desemprego e à redução do PIB, houve deterioração do mercado de trabalho, ocasionando retrocessos no bem-estar da população ao longo da década de 2010, apesar dos esforços despendidos no sentido de ampliar a renda *per capita*.

Tabela 2 - Dados estatísticos do Brasil

<i>Contingente populacional</i>	<i>206.078 milhões de habitantes</i>
<i>Crescimento demográfico</i>	<i>0,89% ao ano</i>
<i>Índice de Desenvolvimento Humano</i>	<i>0,754</i>

Fonte: Estatísticas para o estudo das relações internacionais

5.1.2 Território

O Brasil apresenta diversos aspectos geográficos positivos sob o ponto de vista político e econômico. O país ocupa uma posição privilegiada na América do Sul, e faz fronteira com nove dos onze países do subcontinente. Isto lhe confere relevada importância estratégica, com acesso às importantes rotas comerciais.

A superfície territorial do país (quinta maior do planeta) o possibilita abrigar um expressivo contingente populacional, bem como extensas terras agricultáveis e amplas reservas naturais. Dentre estes fatores, destaca-se a ampliação das fronteiras agrícolas com o incremento das terras aráveis, contribuindo para a geração de superávits econômicos na exportação de *commodities*. Decorre daí que, em 2017, as exportações brasileiras do agronegócio somaram US\$ 96,01 bilhões, registrando crescimento de 13% em relação a 2016, sendo o segundo maior saldo da balança do agronegócio da história, inferior apenas ao registrado em 2013 (R\$ 82,91 bilhões) (MAPA, 2018).

Contudo, em que pese a existência dos diversos aspectos geográficos positivos elencados, o governo Temer encontra desafios ao pleno aproveitamento deste potencial. Isto é, particularmente, devido aos compromissos internacionais, relacionados à mudança do clima e à política ambiental, assumidos pelo Brasil. Exemplo disso é a adesão aos Acordos de Paris (2016), em função da qual o governo federal elaborou, em 2016, o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA), abrangendo ações nos setores da agricultura, recursos hídricos, indústria e transporte, visando a prevenção e o controle do desmatamento e das queimadas, sobretudo, na floresta amazônica e do cerrado sul mato-grossense (BRASIL, 2018).

Ainda concernente ao território brasileiro, cabe destacar seu extenso litoral e a importância estratégica do Atlântico Sul. Assim, a possibilidade de a Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar permitir que o Brasil estenda os limites da sua Plataforma Continental e exerça o direito de jurisdição sobre os recursos eco-

nômicos em uma área de cerca de 4,5 milhões de quilômetros quadrados, a chamada “Amazônia Azul”, amplia sobremaneira o patrimônio nacional. Esta imensa área inclui a camada do pré-sal, onde estão localizadas grandes reservas de petróleo e gás natural, importantes fontes de energia para o desenvolvimento do país, e apresenta excepcional potencial pesqueiro, mineral e de outros recursos naturais. Para o Brasil, estes aspectos crescem de importância no contexto da globalização, no qual há maior interdependência econômica entre os países, pois o país carece do transporte marítimo para movimentar quase todo o comércio exterior (BRASIL, 2012).

Tabela 3 – Dimensão do Brasil

<i>Área</i>	<i>8.515.770 Km²</i>
<i>Áreas florestais</i>	<i>4.935.380 em Km²</i>
<i>Desmatamento</i>	<i>0,50% das áreas florestais</i>
<i>Uso da terra arável</i>	<i>9,09% da área total</i>
<i>Litoral</i>	<i>7.491 Km</i>

Fonte: Estatísticas para o estudo das relações internacionais

5.2 PODER MILITAR

5.2.1 Forças armadas

O Brasil dispõe de considerável contingente militar para fazer face às ameaças à soberania nacional, que contrasta fortemente com disponibilidade de recursos para manutenção dos 165 postos de fronteira aérea, terrestre, marítima e fluvial, atualmente, em pleno funcionamento, para proteger 16.886 quilômetros de fronteiras terrestres e oito mil quilômetros de fronteiras marítimas (BRASIL, 2018). Neste sentido, o governo federal tem atribuído prioridade à segurança nas fronteiras, por meio do diálogo com os países fronteiriços, facilitando o combate a ilícitos transnacionais, como tráfico de armas, lavagem de dinheiro e contrabando.

Também merece destaque a questão da reforma do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, a partir da qual o Brasil advoga uma nova distribuição de poder. Este tema foi não foi esquecido, porém ofuscado na política exterior de Dilma Rousseff, tendo sido reiterado pela última vez na Assembleia Geral das Nações Unidas em 2010. Como alternativa, o Brasil tem se aproximado, por vezes, do BRICS, cujos dois representantes no Conselho, Rússia e China, eram suficientes para vetar decisões contrárias ao pensamento em segurança internacional com que

os emergentes confrontavam a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (ANDRADE et al., 2017).

Assim, a política externa brasileira em matéria de segurança internacional tem se mantido constante durante os governos Rousseff e Temer, privilegiando as operações de paz sob a égide da ONU, e subordinando-se ao Direito Internacional dos Direitos Humanos (ANDRADE et al., 2017). Para tanto, a posição oficial do país propugna, invariavelmente, a busca de soluções multilaterais para os conflitos e uso da força apenas em defesa das tropas e do mandato específico da ONU.

Tabela 4 - Indicadores militares do Brasil

<i>Despesa das Forças Armadas</i>	<i>32.660 milhões de US\$</i>
<i>Participação dos gastos militares no PIB</i>	<i>1,39%</i>
<i>Contingente ativo</i>	<i>318.500 militares</i>

Fonte: Estatísticas para o estudo das relações internacionais

5.3 PODER ECONÔMICO

5.3.1 Intercâmbio comercial e produção industrial

O Brasil apresenta um expressivo intercâmbio comercial com o resto do mundo, sendo considerado um *global player* (ANDRADE et al., 2017). Ainda assim, o país apresentou uma desaceleração e estagnação do crescimento econômico com efeitos consideravelmente prejudiciais aos fluxos comerciais do país. Isto ocasionou queda no valor de exportações e importações desde 2011 e, em 2014, inversão da tendência superavitária, registrando o primeiro *déficit* dos últimos anos.

Em 2012, ao tratar dos principais problemas econômicos enfrentados pelo Brasil, Joseph Nye destacou que o Fórum Econômico Mundial classificou o Brasil com limitada competitividade econômica, visto que o país ocupava a 56^a posição entre 133 neste quesito. O autor pontuou, ainda, que o crescimento da produtividade no país era moroso e que a Coreia do Sul, com uma população equivalente à 25% da do Brasil à época, registrava cerca de trinta vezes mais patentes ao ano.

Em relação aos principais parceiros comerciais, percebe-se que EUA, China e Alemanha, juntamente com a Argentina foram, em 2016, os maiores exportadores de produtos para o Brasil, correspondendo à origem de 18%, 17% e 6,7% do volume transacionado respectivamente. Por outro lado, tratando-se das exportações brasilei-

ras naquele ano, verifica-se que os principais destinos foram China, EUA e Argentina, perfazendo, respectivamente, 19%, 13% e 7,4% do total exportado (ANDRADE et al., 2017).

Relativamente aos fluxos comerciais do Brasil, constata-se uma grande disparidade em suas pautas de exportação e importação. Observando-se a composição da pauta de exportações do país em 2016, percebe-se certo equilíbrio entre o peso das matérias-primas e o de bens industrializados manufaturados. Diferentemente, o quadro das importações evidencia que os bens industrializados prevalece sobre as matérias-primas.

Tabela 5 - Indicadores econômicos do Brasil

<i>PIB</i>	<i>2.417,16 bilhões de US\$</i>
<i>Crescimento do PIB</i>	<i>0,15%</i>
<i>Dívida externa</i>	<i>556,87 bilhões de US\$</i>
<i>Inflação anual</i>	<i>6,41 conforme índice de preços ao consumidor</i>
<i>Intercâmbio comercial com o resto do mundo</i>	<i>464.253* milhões de US\$</i>
<i>Importações</i>	<i>239.152 milhões de US\$</i>
<i>Importações de produtos agrícolas</i>	<i>13.528 milhões de US\$</i>
<i>Importações de produtos manufaturados</i>	<i>163.908 milhões de US\$</i>
<i>Exportações</i>	<i>225.101 milhões de US\$</i>
<i>Exportações de produtos agrícolas</i>	<i>87.890 milhões de US\$</i>
<i>Exportações de produtos manufaturados</i>	<i>74.851 milhões de US\$</i>

Nota: Soma do valor de mercadorias comercializadas pelo país com o resto do mundo (importações mais exportações).

Fonte: Estatísticas para o estudo das relações internacionais

Tabela 6 - Categorias de produtos exportados pelo Brasil para os EUA

<i>Máquinas</i>	<i>9.38 bilhões de US\$</i>
<i>Produtos químicos</i>	<i>7.74 bilhões de US\$</i>
<i>Produtos minerais</i>	<i>7.46 bilhões de US\$</i>

Fonte: Estatísticas para o estudo das relações internacionais

5.3.2 Recursos minerais e energéticos

O Brasil apresenta grande disponibilidade de recursos naturais, e sobretudo minerais (BRASIL, 2016). Isto contribui com a indústria nacional de base, bem como com suas exportações de *commodities*. Além disso, o fato de a matriz energética brasileira ser bastante variada reduz sua dependência diante do fornecimento externo.

Ao longo de 2017, o Brasil foi beneficiado pela elevação do preço das *commodities*, devido à aceleração da atividade econômica em escala global. Este fenômeno decorreu de diversos fatores geopolíticos, a exemplo da situação caótica da Venezuela, que implica particularmente na redução da oferta de petróleo no mercado internacional, favorecendo o Brasil. Por oportuno, cabe destacar que, apesar da conjuntura atual ser positiva, as oscilações neste processo podem representar uma vulnerabilidade para o país (ANDRADE et al., 2017).

Em relação ao aproveitamento dos recursos hídricos, merece destaque a significativa participação da hidreletricidade na matriz energética do país. Apesar de limpa, esta fonte pode gerar impactos ambientais de vulto, caso haja necessidade de alagamento de grandes áreas. Deste modo, o governo Temer estabeleceu diretrizes para realização de leilões para novos empreendimentos na geração de energia, em especial eólica e térmica a gás natural, visando um aproveitamento mais sustentável destes recursos. Além disso, esta administração promoveu, no país em março de 2018, o 8º Fórum Mundial da Água, sobre o tema "Compartilhando Água", conferindo maior transparência, em um diálogo internacional, acerca do uso racional, da conservação, da proteção, do planejamento e da gestão deste recurso por todos os setores da sociedade brasileira (BRASIL, 2018).

Tabela 7 – Indicadores brasileiros sobre recursos naturais e energéticos

<i>Reservas comprovadas de petróleo</i>	<i>16,15 em bilhões de barris</i>
<i>Reservas comprovadas de gás natural</i>	<i>0,46 em trilhões de m³</i>
<i>Reservas comprovadas de carvão</i>	<i>6.630 em milhões de ton</i>
<i>Reservas comprovadas de urânio</i>	<i>276.100 em KgU</i>
<i>Produção de petróleo</i>	<i>2.346 em milhares de barris/dia</i>
<i>Produção de eletricidade</i>	<i>570 em KWh</i>
<i>Participação do carvão na matriz energética</i>	<i>3,82% da produção total</i>
<i>Participação da hidreletricidade na matriz energética</i>	<i>68,56% da produção total</i>
<i>Participação do gás na matriz energética</i>	<i>12,10% da produção total</i>
<i>Participação da energia nuclear na matriz energética</i>	<i>2,57% da produção total</i>

Fonte: Estatísticas para o estudo das relações internacionais

5.4 PODER POLÍTICO-DIPLOMÁTICO

5.4.1 Governo Dilma Rousseff

Em 2013, determinados eventos, envolvendo um antigo colaborador da Agência de Segurança Nacional (NSA em inglês) dos EUA, Edward Snowden, repercutiram sobre o relacionamento entre o governo do Brasil e aquele país. De acordo com uma denúncia proferida por Snowden, a presidente Dilma Rouseff, entre outras personalidades, foi alvo de espionagem eletrônica por parte do governo norte americano (CERVO e LESSA, 2014).

Em decorrência do aludido ataque cibernético, a presidente cancelou uma visita de Estado aos Estados Unidos em 2012, e submeteu às Nações Unidas uma proposta de regime internacional para governança da internet, proferindo o seguinte discurso:

“Quero trazer a consideração das delegações uma questão a qual atribuo a maior relevância e gravidade. Recentes revelações sobre as atividades de uma rede global de espionagem eletrônica provocaram indignação e repúdio em amplos setores da opinião pública mundial. No Brasil, a situação foi ainda mais grave, pois aparecemos como alvo dessa intrusão. Dados pessoais de cidadãos foram indiscriminadamente objeto de interceptação. Informações empresariais, muitas vezes, de alto valor econômico e mesmo estratégico estiveram na mira da espionagem. Também representações diplomáticas brasileiras, entre elas a Missão Permanente junto às Nações Unidas e a própria Presidência da República tiveram suas comunicações interceptadas. Imiscuir-se dessa forma na vida de outros Países fere o Direito Internacional e afronta os princípios que devem reger as relações entre

eles, sobretudo, entre nações amigas. Jamais pode uma soberania firmar-se em detrimento de outra soberania. Jamais pode o direito à segurança dos cidadãos de um país ser garantido mediante a violação de direitos humanos fundamentais dos cidadãos de outro país” (ROUSSEFF, 2013).

Outra consequência deste episódio é que o Exército brasileiro foi incumbido de intensificar as ações, visando a segurança cibernética no país. A implementação deste setor estratégico, contempla diversas medidas de articulação e equipamento, que objetivam a preservação e a integridade de estruturas estratégicas (BRASIL, 2012). Este tipo de ameaça foi classificado nestes termos pelo Livro Branco de Defesa do Brasil:

“A ameaça cibernética tornou-se uma preocupação por colocar em risco a integridade de infraestruturas sensíveis, essenciais à operação e ao controle de diversos sistemas e órgãos diretamente relacionados à segurança nacional. A proteção do espaço cibernético abrange um grande número de áreas, como a capacitação, inteligência, pesquisa científica, doutrina, preparo e emprego operacional e gestão de pessoal” (BRASIL, 2012).

Tal impasse foi solucionado somente após a promessa de os EUA reformularem seu sistema de vigilância eletrônica. No entanto, Desiderá Neto e Albres (2012) observam que, após a episódica instabilidade política, o padrão do relacionamento bilateral foi restabelecido. Contudo, verifica-se que, após contornar a situação diplomaticamente, a Estratégia Nacional de Segurança norte-americana reiterava a posição oficial dos EUA, estabelecendo que:

“A capacidade dos Estados Unidos de identificar e responder a mudanças geoestratégicas e regionais e suas implicações políticas, econômicas, militares e de segurança exige que a Comunidade de Inteligência dos EUA (CI) reúna, analise, discerne e operacionalize as informações(...) Os Estados Unidos fundirão nossa análise de informações derivadas dos domínios diplomático, de informação, militar e econômico para competir mais efetivamente no estágio geopolítico” (US, 2017).

5.4.2 Governo Michel Temer

A importância do intercâmbio entre o Brasil e seus parceiros internacionais foi destacada pelo presidente Michel Temer, em seu discurso de posse, como instrumento capaz de contribuir com o país na superação da grave crise que assolava o país ao início de seu mandato. A esse respeito, o presidente assim se expressou:

“O Brasil, meus amigos, vive hoje sua pior crise econômica. São 11 milhões de desempregados, inflação de dois dígitos, déficit quase de R\$ 100 bilhões, recessão e também grave a situação caótica da saúde pública. (...) Nós todos sabemos que, há um bom tempo, o mundo está de olho no Brasil. Os investidores acompanham, com grande interesse, as mudanças no nosso país. Havendo condições adequadas - e nós vamos produzi-las -, a resposta será rápida, pois é grande a quantidade de recursos disponíveis no mercado internacional e até internamente, e ainda maior as potencialidades no nosso País” (TEMER, 2016).

Coerente com este propósito, em 2018, foi estabelecida a Agenda de Dez Pontos para aprimorar o relacionamento com os EUA, contemplando iniciativas nas áreas de comércio, investimentos, aviação civil, espaço exterior, infraestrutura, agricultura, saúde, inovação, defesa e segurança (BRASIL, 2018).

5.5 CONCLUSÃO PARCIAL

Do exposto, conclui-se, parcialmente, que a aplicação dos recursos de poder pelo Brasil foi frustrada, em grande parte, pela crise política doméstica instaurada a partir do governo Rousseff e durante o governo Temer. Com isto, apesar de as condições sócio-econômicas e de defesa mostrarem-se, relativamente, favoráveis, durante o período, o país não obteve êxito em ampliar sua projeção no cenário internacional. Percebe-se que a ausência de um projeto nacional, capaz de orientar e coordenar a aplicação dos diversos elementos do poder, minou de crescimento da projeção internacional do Brasil a partir de 2009, fato que desfavoreceu o país em sua relação com os EUA.

6 APLICAÇÃO DO PODER PELOS EUA E SUA COMPARAÇÃO COM A APLICAÇÃO PELO BRASIL

6.1 PODER GEODEMOGRÁFICO

6.1.1 População

De acordo com estimativas oficiais do United States Census Bureau (2017), a população dos EUA passou de cerca de 308 milhões de habitantes, em 2009, para 323 milhões em 2017. Isto posto, este país apresenta o terceiro maior efetivo do planeta. Este aspecto é, ainda, reforçado pelo incremento populacional impulsionado pela taxa de crescimento demográfico. Soma-se a este fato, a elevação no padrão de vida dos norte americanos, aferida por meio de índices relacionados a fatores como educação, expectativa de vida e riqueza, entre outros, posto que, em 2009, o IDH dos EUA era 0,915 e, em 2017, passou a ser 0,920, segundo o relatório de desenvolvimento humano - 2016, do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas.

A comparação dos aspectos anteriormente mencionados demonstra que Brasil e EUA se encontram em diferentes patamares de desenvolvimento social, haja vista que o primeiro país possui em índice de desenvolvimento alto e o segundo, muito alto, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas. Isto potencializa a superioridade populacional dos EUA, haja vista a existência de uma mão-de-obra melhor qualificada e com maior poder aquisitivo.

Tabela 8 - Dados estatísticos dos EUA

<i>Contingente populacional</i>	<i>308.857 milhões de habitantes</i>
<i>Crescimento demográfico</i>	<i>0,74% ao ano</i>
<i>Índice de Desenvolvimento Humano</i>	<i>0,915</i>

Fonte: Estatísticas para o estudo das relações internacionais

6.1.2 Território

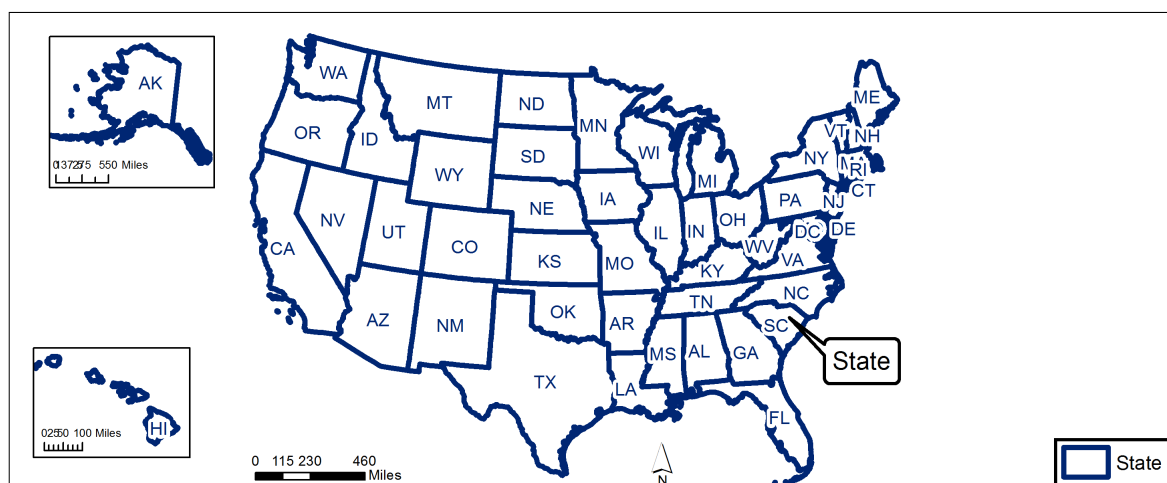
Os EUA possuem uma extensa área territorial contígua, localizada na posição setentrional do continente americano que se estende do oceano Atlântico ao oceano Pacífico. Além disso, são contabilizados em sua área territorial o estado não contíguo do Alasca e outros territórios não incorporados, a exemplo do estado livre associado de Porto Rico. Assim, dada sua vastidão, os EUA estão entre os quatro maio-

res países do mundo em dimensão territorial. Faz fronteira com dois países apenas, sendo o Canadá a norte e o México a sul.

Dentre os aspectos fisiográficos mais expressivos do país estão o fato de este ser bioceânico, ampliando as possibilidades de intercâmbio comercial. Além disso, também merece destaque os elevados percentuais de emprego de terras agricultáveis e de áreas reflorestadas, que refletem o manejo sustentável do solo.

Em comparação ao Brasil, a latitude, em que estão localizados os EUA, confere a este país melhores condições de integração às rotas marítimas comerciais. Por outro lado, este mesmo aspecto pode representar uma vulnerabilidade quanto à defesa externa marítima.

Figura 3 – Estados dos EUA e entidades equivalentes



Fonte: Estatísticas para o estudo das relações internacionais

Tabela 9 – Dimensão dos EUA Fonte: Estatísticas para o estudo das relações internacionais

Área	9.831.510 Km ²
Áreas florestais	3.100.950 em Km ²
Desmatamento	-0,13% das áreas florestais
Uso da terra arável	16,60% da área total
Litoral	

Tabela 10 - Comparação entre Brasil e EUA, quanto ao percentual mundial relativo à capacidade instalada de geração de energia elétrica, em 2014, por tipo de fonte

<i>Tipo de fonte</i>	<i>País</i>	<i>Brasil</i>	<i>EUA</i>
<i>Hidrelétrica</i>		8,6% (2ª posição mundial)	7,7% (3ª posição mundial)
<i>Nuclear</i>		0,5% (19ª posição mundial)	26,2% (1ª posição mundial)
<i>Térmica</i>		0,7% (26ª posição mundial)	20,3% (2ª posição mundial)
<i>Fontes alternativas</i>		2,6% (10ª posição mundial)	15,0% (2ª posição mundial)

Fonte: Estatísticas para o estudo das relações internacionais

Tabela 11 - Comparação entre Brasil e EUA, quanto ao percentual mundial relativo à geração de energia, em 2014, por tipo de fonte

<i>Tipo de fonte</i>	<i>País</i>	<i>Brasil</i>	<i>EUA</i>
<i>Hidrelétrica</i>		9,7% (3ª posição mundial)	6,7% (4ª posição mundial)
<i>Nuclear</i>		0,6% (18ª posição mundial)	33,1% (1ª posição mundial)
<i>Térmica</i>		1,0% (20ª posição mundial)	18,4% (2ª posição mundial)
<i>Fontes alternativas</i>		4,0% (9ª posição mundial)	20,4% (1ª posição mundial)

Fonte: Estatísticas para o estudo das relações internacionais

Tabela 12 - Comparação entre Brasil e EUA, quanto ao percentual mundial relativo ao consumo de energia elétrica em 2014

<i>Brasil</i>	<i>EUA</i>
2,6% (7ª posição mundial)	18,9% (2ª posição mundial)

Fonte: Estatísticas para o estudo das relações internacionais

Tabela 13 - Comparação entre Brasil e EUA, quanto às emissões de gases de efeito estufa no uso de combustíveis fósseis em 2014

<i>País</i>	<i>Fatores de comparação</i>	<i>População (milhões)</i>	<i>Emissões fósseis (Mt CO₂)</i>	<i>Emissões fósseis per capita (Mt CO₂/Hab)</i>
<i>Brasil</i>		204	476	2,34
<i>EUA</i>		319	5.176	16,22

Fonte: Estatísticas para o estudo das relações internacionais

6.2 PODER MILITAR

6.2.1 Forças armadas

Em matéria de defesa e de segurança internacional, percebe-se que os EUA desempenham um papel central na ordem mundial vigente, respaldados pela expressiva participação dos gastos militares no PIB e pelo contingente militar. Apesar disso, a hegemonia deste país é cada vez mais contestada por potências emergentes, a exemplo da China (ANDRADE et al., 2017). Diante deste contexto, a postura preconizada pela administração Trump, em sua Estratégia Nacional de Defesa, reforça a importância no estabelecimento de alianças.

“Abordagem estratégica: a competição estratégica de longo prazo requer a integração contínua de múltiplos elementos do poder nacional - diplomacia, informação, economia, finanças, inteligência, aplicação da lei e militar. Mais do que qualquer outra nação, os Estados Unidos podem expandir o espaço competitivo, aproveitando a iniciativa para desafiar nossos concorrentes onde possuímos vantagens e eles não têm força. Uma força mais letal, alianças e parcerias fortes, inovação tecnológica americana e uma cultura de desempenho gerarão vantagens militares decisivas e sustentadas nos EUA” (US, 2018).

“Manutenção de vantagens no Hemisfério Ocidental: os EUA obtêm imenso benefício de um hemisfério estável e pacífico que reduz as ameaças à segurança da pátria. Apoiando o líder interinstitucional dos EUA, o Departamento aprofundará suas relações com os países da região que contribuem com as capacidades militares para compartilhar os desafios regionais e globais de segurança” (US, 2018).

Especificamente em relação ao Brasil, os EUA têm pautado suas ações, no campo da defesa, pela cooperação entre os países. Neste sentido, diversas medidas foram implementadas, a exemplo do estabelecimento do Diálogo de Cooperação em Defesa em 2012 e do Acordo Geral de Segurança da Informação Militar em 2015 (MRE, 2018). Tais iniciativas visavam, no primeiro caso, à criação de um canal para realização de consultas regulares entre ambos os países nível ministerial com vistas a identificação de oportunidades para colaboração em questões de defesa ao redor do mundo; e no segundo caso, entre outros propósitos, ao fomento de exercícios conjuntos entre as Forças Armadas dos dois países.

Contudo, a comparação dos posicionamentos adotados por Brasil e EUA, quanto à segurança internacional, evidencia certa divergência. Assim, a tradicional postura brasileira de valorização de respeito aos princípios autodeterminação dos povos e a não intervenção, não encontra eco nas ações dos EUA, para os quais os mecanismos de violência (intervenção e sanção) são ferramentas legítimas. Cerro e Lessa (2014) citam exemplos deste fato, como a oposição da diplomacia brasileira às ideias ou iniciativas dos Estados Unidos diante da questão nuclear iraniana, da

Líbia e da Síria, bem como do conflito israelo-palestino, além da repugnância pela presença norte-americana na Organização dos Estados Americanos, quando esta presença se refere aos conflitos na América do Sul.

Tabela 14 - Indicadores militares dos EUA

<i>Despesa das Forças Armadas</i>	<i>609.914 em milhões de US\$</i>
<i>Participação dos gastos militares no PIB</i>	<i>3,52%</i>
<i>Contingente ativo</i>	<i>1.433.150 militares</i>

Fonte: Estatísticas para o estudo das relações internacionais

6.3 PODER ECONÔMICO

6.3.1 Intercâmbio comercial e produção industrial

Os EUA têm demonstrado, ao longo dos últimos anos, consistentes indicadores econômicos de recuperação da crise financeira internacional originada sem seu próprio mercado no ano de 2008. Isto é constatado, entre outros aspectos, por índices como o crescimento do PIB. E, a despeito da referida crise, constata-se que os EUA respondem pela maior parte do comércio internacional global, respaldado pelo crescimento de suas transações no mercado internacional ao longo dos últimos anos.

Atualmente, os EUA são o segundo maior parceiro comercial do Brasil, tendo o fluxo de comércio bilateral superado US\$ 46 bilhões em 2016. Além disso, os EUA representam o principal destino de exportação de produtos brasileiros industrializados, perfazendo cerca de 75% da pauta de exportações do país (MRE, 2018).

Em 2014, os EUA exportaram cerca de US\$ 1,62 trilhão para mais de 220 parceiros, tendo o continente americano como principal destino e correspondendo a mais de 45% das exportações (ANDRADE et al., 2017). Dentre estes, os parceiros do Nafta respondem, sozinhos, por mais de 30%. Além disso, vale destacar que, embora a América Latina seja o maior mercado regional para o qual os EUA exportam, o Brasil encontra-se na oitava posição de parceiros econômicos norte-americanos.

Em comparação com o volume de exportações, as importações dos EUA são ainda mais expressivas, e em 2014, totalizaram cerca de US\$ 2,4 trilhões. Percebe-se um desequilíbrio em sua pauta de importações, haja vista que 80% é baseado em

bens industrializados, enquanto menos de 15% corresponde à importação de matérias-primas (ANDRADE et al., 2017).

E, de maneira análoga às exportações, 34% das importações dos EUA são provenientes de seus vizinhos Canadá e México (ANDRADE et al., 2017). Neste tipo de transação, a importância do Brasil é, ainda, mais reduzida que nas exportações, estando o país apenas no décimo quinto lugar entre os parceiros dos EUA, com apenas 1,3% das importações para o mercado estadunidense.

Ocasionalmente, certas oscilações no mercado internacional tem favorecido o Brasil, a exemplo do crescimento do preço do petróleo em 2017. Neste caso, a saída dos EUA do acordo nuclear com o Irã, com a consequente volta de sanções comerciais – ambos implicando redução da oferta no mercado internacional, beneficiou o país (LEVY, 2018).

Levy (2018) destaca que o comércio internacional voltou a crescer a uma taxa superior à da economia mundial recentemente. No entanto, ele salienta que a administração Trump, por vezes, tem desestabilizado o mercado internacional, afetando inclusive o Brasil. Tal instabilidade tem sido ocasionada por fatores como a incidência de sobretaxas impostas pelos EUA às importações de aço e alumínio (MDIC, 2018).

Tabela 15 - Indicadores econômicos do EUA

<i>PIB</i>	<i>17.348,08 bilhões de US\$</i>
<i>Crescimento do PIB</i>	<i>2,43%</i>
<i>Dívida externa</i>	<i>-</i>
<i>Inflação anual</i>	<i>0,55 conforme índice de preços ao consumidor</i>
<i>Intercâmbio comercial com o resto do mundo</i>	<i>4.033.079 milhões de US\$</i>
<i>Importações</i>	<i>2.412.547 milhões de US\$</i>
<i>Importações de produtos agrícolas</i>	<i>156.885 milhões de US\$</i>
<i>Importações de produtos manufaturados</i>	<i>1.752.452 milhões de US\$</i>
<i>Exportações</i>	<i>1.620.532 milhões de US\$</i>
<i>Exportações de produtos agrícolas</i>	<i>182.235 milhões de US\$</i>
<i>Exportações de produtos manufaturados</i>	<i>1.163.890 milhões de US\$</i>

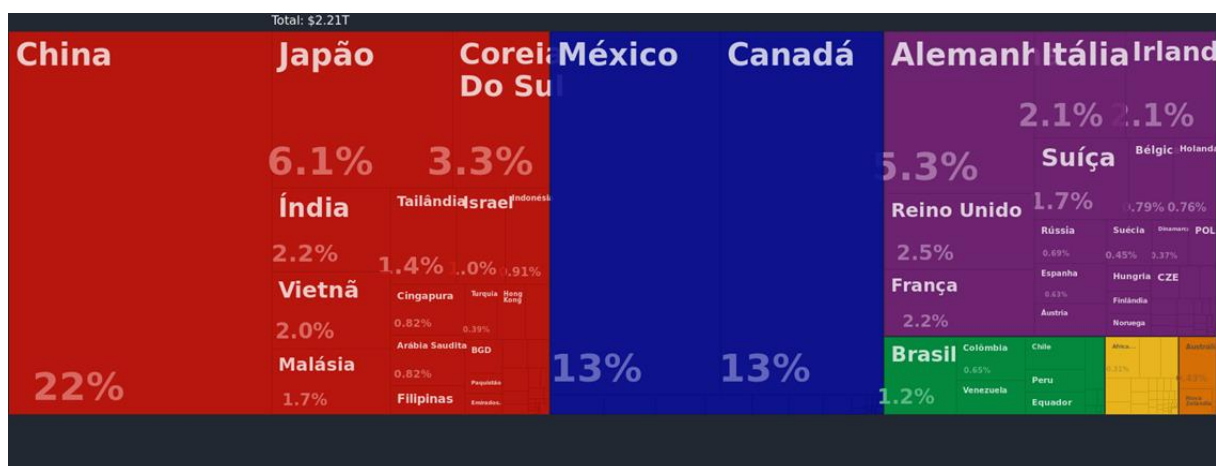
Fonte: Estatísticas para o estudo das relações internacionais

Figura 4 - Exportações norte-americanas por país em 2016



Fonte: Observatory of Economic Complexity

Figura 5 - Importações norte-americanas por país em 2016



Fonte: Observatory of Economic Complexity

Diante do contexto apresentado, é válido mencionar que governo Trump entende que a projeção econômica dos EUA, no mundo, pode ser utilizada de modo incisivo para respaldar os interesses daquele estado, conforme atesta o trecho extraído da Estratégia Nacional de Segurança dos EUA - 2018.

“Manter nossa posição como o ator econômico mais proeminente do mundo fortalece nossa capacidade de usar as ferramentas da diplomacia econômica para o bem dos americanos e de outros. A manutenção do papel central dos EUA nos fóruns financeiros internacionais aumenta nossa segurança e prosperidade expandindo uma comunidade de economias de mercado livre, defendendo-se contra ameaças de economias lideradas pelo Estado e protegendo a economia dos EUA e internacional do abuso por parte de atores ilícitos(...) Ferramentas econômicas - incluindo sanções, medidas contra lavagem de dinheiro e anticorrupção e ações de fiscalização - podem ser partes importantes de estratégias mais amplas para deter, coagir e restringir os adversários” (EUA, 2017).

A atual conjuntura econômica vivida pelo Brasil e pelos EUA repercute na relação comercial entre ambos, impactando o volume de mercadorias transacionado e sua composição. Assim sendo, verifica-se que, a partir de 2011, a oscilação no valor das *commodities* no mercado internacional, por vezes, tem provocado redução das transações comerciais do Brasil, que associado a outros fatores provocam estagnação econômica. Diferentemente, os EUA passam por franca recuperação econômica acompanhada de crescimento dos fluxos comerciais a partir de 2009.

Deste modo, a comparação entre os principais aspectos econômicos da relação Brasil-EUA evidencia a prevalência de uma acentuada assimetria econômico-comercial nas ligações entre os dois países em favor destes últimos. Contudo, observa-se um ponto de inflexão na aludida relação, durante o governo Rousseff, a partir do qual houve a importância da tradicional parceria comercial com os EUA foi relativizada, haja vista a ampliação das exportações brasileiras para a China.

Tabela 16 - Categorias de produtos exportados pelos EUA para o Brasil

<i>Máquinas</i>	<i>9.38 bilhões de US\$</i>
<i>Produtos químicos</i>	<i>7.74 bilhões de US\$</i>
<i>Produtos minerais</i>	<i>7.46 bilhões de US\$</i>

Fonte: Estatísticas para o estudo das relações internacionais

6.3.2 Recursos minerais e energéticos

A abundância de riquezas naturais nos EUA favorece a projeção deste país no cenário internacional, uma vez que sua extensa disponibilidade recursos conduz à quase auto-suficiência energética do país, bem como estimula sua indústria nacional e o consumo interno.

De acordo com a Agência Internacional de Energia (IEA, na sigla em inglês), os Estados Unidos está quase atingindo a autossuficiência em relação à produção de petróleo e gás natural. Entre 2006 e 2011, a indústria petrolífera passou de 8,3 milhões de barris/dia para 12,3 milhões de barris/dia, aproximando-se da autossuficiência que gira em torno de 18,9 milhões de barris/dia. Da mesma forma, a extração de gás natural aumentou 65% entre 1986 e 2013, saltando de 453 milhões de metros cúbicos para 687,6 milhões, também aproximando-se da autossuficiência, estimada em algo torno de 736,2 milhões de metros cúbicos (BRASIL, 2017).

Além disso, um dos aspectos de destaque na matriz energética dos EUA é o investimento realizado na obtenção de energia por meio de fontes limpas, como as renováveis e a nuclear. A participação destas fontes de energia na matriz dos EUA cresceu consideravelmente ao longo dos últimos 20 anos, atingindo cerca de 20%, em 2009, no caso da energia atômica. Além disso, o consumo de combustíveis fósseis e a geração hidrelétrica diminuíram. Apesar disso, verifica-se que o sistema energético dos EUA continua, fortemente, baseado nos combustíveis fósseis, os quais correspondem a 87,3% da produção energética total do país (SENADO FEDERAL, 2018).

Outro aspecto relevante da matriz energética estadunidense diz respeito aos progressos obtidos em termos de eficiência energética. Isto pode ser constatado diante do fato de a porcentagem de emissão de gases de efeito estufa ter crescido menos (10,63%) que o consumo de energia (15,89%), a despeito de o país não ser signatário do Protocolo de Kyoto. Este indicador revela uma eficiência que se caracteriza pelo oferecimento dos mesmos serviços com menos energia e menos poluição. Com isto, os EUA deixaram de ser o maior poluidor mundial, que passou a ser a China (SENADO FEDERAL, 2018).

Tabela 17 – Indicadores dos EUA sobre recursos naturais e energéticos

<i>Reservas comprovadas de petróleo</i>	<i>48,46 em bilhões de barris</i>
<i>Reservas comprovadas de gás natural</i>	<i>9,77 em trilhões de m³</i>
<i>Reservas comprovadas de carvão</i>	<i>237.295 em milhões de ton</i>
<i>Reservas comprovadas de urânio</i>	<i>207.400 em KgU</i>
<i>Produção de petróleo</i>	<i>11.644 em milhares de barris/dia</i>
<i>Produção de eletricidade</i>	<i>4.286 em KWh</i>
<i>Participação do carvão na matriz energética</i>	<i>39,95% da produção total</i>
<i>Participação da hidreletricidade na matriz energética</i>	<i>6,32% da produção total</i>
<i>Participação do gás na matriz energética</i>	<i>27,02% da produção total</i>
<i>Participação da energia nuclear na matriz energética</i>	<i>19,26% da produção total</i>
<i>Emissão de dióxido de carbono</i>	<i>5.305.570 em milhares de Ton</i>

Fonte: Estatísticas para o estudo das relações internacionais

A comparação, quanto à disponibilidade de recursos naturais, revela que os EUA superam o Brasil na produção de energia, haja vista a capacidade instalada naquele país. A produção norte americana se sobressai em relação à brasileira em todos os tipos de fonte, ocupando posição de destaque em âmbito mundial, exceto feita à produção hidrelétrica do Brasil. Em contraponto, o Brasil polui muito menos que os EUA por meio da emissão de gases de efeito estufa, haja vista o fato de a sua matriz energética ser menos baseada no uso de combustíveis fósseis.

6.4 PODER POLÍTICO-DIPLOMÁTICO

6.4.1 Governo Obama

Durante o governo Obama, a relação dos EUA com o Brasil foi fortemente influenciada pelos desdobramentos da crise econômico-financeira internacional de 2008. Neste período, é possível observar, ao mesmo tempo, a já mencionada aproximação entre os países em termos de parceria econômica e, por outro lado, alguns desentendimentos no campo político.

Assim sendo, ainda que o governo dos EUA tenha expressado, em atos solenes, grande estima pelo Brasil durante o governo Obama, percebe-se certa divergência nos posicionamentos adotados pelos dois países na arena internacional. O primeiro aspecto ficou bastante evidente no discurso proferido pelo próprio presidente Barack Obama em 20 de março de 2011 em viagem oficial ao Brasil.

“...ontem, eu me encontrei com sua maravilhosa nova presidente, Dilma Rousseff, e falei sobre como podemos fortalecer a parceria entre nossos governos. Mas hoje quero falar diretamente ao povo brasileiro sobre como podemos fortalecer a amizade entre nossas nações. Eu vim aqui para compartilhar algumas ideias porque quero falar dos valores que compartilhamos, das esperanças que temos em comum e da diferença que podemos fazer juntos. (...) Os Estados Unidos foram a primeira nação a reconhecer a independência do Brasil e estabelecer um posto diplomático no país. (...) Nesses e em outros esforços para promover a paz e a prosperidade em todo o mundo, os Estados Unidos e o Brasil são parceiros não apenas porque compartilhamos a história, não apenas porque estamos no mesmo hemisfério; não apenas porque compartilhamos laços de comércio e cultura, mas também porque compartilhamos certos valores e ideais duradouros” (OBAMA, 2011).

Por outro lado, a crise política de Honduras em 2009, em consequência da deposição do então presidente Manuel Zelaya, exemplifica uma situação de discordância. Naquela oportunidade, os EUA e o Brasil, inicialmente, se posicionaram a favor do presidente deposto. No entanto, a seguir, divergiram devido à mudança de posicionamento dos norte-americanos sobre a questão (ANDRADE et al., 2017).

De modo semelhante, a posição oficial dos EUA se aproximou daquela manifestada pelo Brasil durante a questão nuclear iraniana em 2010. Nesta ocasião, os EUA, inicialmente, apoiaram as iniciativas de Brasil e Turquia, quando estes buscaram negociar um acordo com o Irã. Contudo, a diplomacia norte-americana passou a criticar a referida iniciativa e a buscar a renovação das sanções contra o Irã no Conselho de Segurança das Nações Unidas após a assinatura do acordo, provocando grande insatisfação ao governo brasileiro (DESIDERÁ NETO E ALBRES, 2012).

6.4.2 Governo Trump

Haja vista as evoluções, recentemente, ocorridas na conjuntura internacional, as atuais relações dos EUA com o Brasil apresentam-se, em certa medida, diferentes daquelas vigentes no período anterior. Deste modo, em que pese o fato de o presidente Trump ainda estar no primeiro ano de seu mandato, é bastante evidente que a nova orientação conferida à política externa propõe-se a revisar os termos em que foram estabelecidas as parcerias estratégicas até então vigentes.

É, pois, com este tom que o presidente norte-americano Donald Trump proferiu o discurso, abaixo transcrito, em 06 de julho de 2017 na Polônia:

“Hoje, o Ocidente também é confrontado pelos poderes que buscam testar nossa vontade, minar nossa confiança e desafiar nossos interesses. Para enfrentar novas formas de agressão, incluindo propaganda, crimes financeiros e guerra cibernética, devemos adaptar nossa aliança para competir efetivamente de novas maneiras e em todos os novos campos de batalha. (...) Temos que lembrar que nossa defesa não é apenas um compromisso de dinheiro, é um compromisso de vontade. (...) A questão fundamental do nosso tempo é se o Ocidente tem a vontade de sobreviver. (...) Nossa própria luta pelo Ocidente não começa no campo de batalha - começa com nossas mentes, nossas vontades e nossas almas” (TRUMP, 2017).

Isto posto, é provável que os EUA privilegiem alianças estratégicas com países que possam reforçar os posicionamentos adotados na disputa com as potências orientais, em detrimento de parcerias com menor peso no cenário internacional, a exemplo daquela desenvolvida com o Brasil.

6.5 CONCLUSÃO PARCIAL

Em vista do que foi apresentado, conclui-se, parcialmente, que a aplicação do poder pelos EUA tem sido bastante assertiva. Com efeito, percebe-se que, durante a administração Obama, o governo dos EUA adotou uma postura calcada no multilateralismo, com vistas à superação da grave crise econômica desencadeada a partir de 2008. Em uma etapa posterior, o governo dos EUA, sob a administração Trump, tem-se mostrado mais reticente em adotar uma política externa baseada no multila-

teralismo, capaz de tolher a liberdade de ação do país no sistema internacional, em face do acirramento das tensões com os países do oriente.

Em síntese, a comparação das relações de poder entre Brasil e EUA revelou que os recursos angariados pelos EUA, ainda no século XX, permanecem provocando desequilíbrios em favor deste país. Notadamente, o desenvolvimento de seu arsenal nuclear, a ocupação de um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, e o estabelecimento e consolidação de importantes instituições econômico-financeiras nos EUA, ratificam a hegemonia exercida pelos norte-americanos, restringindo a projeção do Brasil no cenário internacional.

Por outro lado, constata-se que, durante a década de 2010, a importância dos EUA para o Brasil, enquanto parceiro comercial, foi relativizada em face do crescimento econômico chinês. Constata-se, ainda, que o Brasil, durante os governos Rousseff e Temer, privilegiou os fóruns multilaterais para resolução de controvérsias com os EUA, mitigando o desequilíbrio de poder. Para tanto, o Brasil envidou esforços para concertação política em organismos e fóruns, como a ONU.

Por fim, considerando-se os principais elementos do poder empregados nas RI, depreende-se que são as questões de ordem doméstica, no Brasil, os principais óbices à superação pelo país das assimetrias existentes em sua relação com os EUA. Assim sendo, o limitado aproveitamento do potencial dos elementos do poder brasileiro contribui para a manutenção da influência norte-americana.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho adotou com premissa o fato de que as relações de poder entre o Brasil e os EUA estão estruturadas de forma assimétrica, devido a discrepâncias na aplicação dos elementos do poder em cada país.

Assim sendo, foi realizada uma pesquisa para identificar os principais óbices que impedem o Brasil de superar a desigualdade na referida relação. Para isso, foram examinados e comparados os principais aspectos concernentes ao desenvolvimento socioeconômico, peso político, e capacidade bélica dos dois países.

A avaliação destes itens revelou que, apesar os EUA empregarem os elementos do poder assertivamente, prevalece o fato de o Brasil enfrentar sérias dificuldades em âmbito doméstico. De maneira que os maiores óbices para o Brasil superar as assimetrias na relação com os EUA são os seus próprios problemas internos.

De certa forma, os resultados encontrados coincidem com o prognóstico apresentado por Joseph Nye, em 2012, acerca do Brasil em sua obra intitulada *O Futuro do Poder*, ao concluir que “embora o novo Brasil complique a diplomacia americana em comparação com o passado, é improvável que tente se tornar um competidor concorrente dos Estados Unidos” no século XXI. Deste modo, ainda que haja, no Brasil, ampla variedade de recursos naturais e energéticos, ausência de conflitos étnicos e litígios fronteiriços, os problemas internos comprometem a projeção internacional do país, impactando negativamente em sua relação com os EUA.

Coerente com a linha de pensamento apresentado por Nye, os principais óbices brasileiros - corrupção, reduzida produtividade e competitividade econômica, limitada capacidade de Pesquisa e Desenvolvimento, pobreza, analfabetismo e desigualdade social, ausência de objetivos claros em sua política externa, e restrição para integrar o Conselho de Segurança da ONU, têm sido potencializados pelo atual estágio da globalização. Decorre daí a grande dificuldade de o Brasil fazer face à hegemonia dos EUA nos diversos níveis de poder do cenário internacional, elencados por Nye, em especial, nos campos militar e econômico.

Além disso, verifica-se que o Brasil se encontra mais suscetível à influência dos EUA, em função do fenômeno da interdependência, também preconizado por Nye. Isto porque a posição marginal ocupada pelo Brasil em sua relação com os EUA, amplia sua dependência quanto às trocas de capital, intercâmbio comercial, e fluxos de pessoas e informação.

Por fim, ao considerar as limitações brasileiras em termos de recursos de poder duro - elementos geodemográfico, militar e econômico, e de poder brando - elementos político-diplomático, constata-se o país tem reduzida capacidade para exercer um poder de comando e de atração sobre os EUA. Fato este que impele o Brasil a se subordinar à liderança daquele país, limitando-se a orbitar em torno de sua esfera de influência.

8 REFERÊNCIAS

ANDRADE, I. O., NARETTO, N. A., FRANCO, L. G. A. **Relações Comerciais e Co-
operação Econômica entre o Brasil e os Estados Unidos nos anos 2000**. Boletim de Economia e Política Internacional. N. 23. Brasília, 2017. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8207/1/BEPI_n23_Relacoes.pdf. Acesso em: 30 de maio de 2018.

ALMEIDA, P. R. **As relações entre o Brasil e os Estados Unidos em perspectiva histórica: da República Velha à redemocratização**. Meridiano 47 - Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais. No 6. p. 6-8. 2005.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/educacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 30 de maio de 2018.

_____. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, DF, 2012.

_____. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: https://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf. Acesso em: 14 de maio de 2018.

_____. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Nota à imprensa dos ministros das Relações Exteriores e de Indústria, Comércio Exterior e Serviços**. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/index.php/noticias/3333-restricoes-americanas-as-exportacoes-de-aco-e-aluminio-nota-a-imprensa-dos-ministros-das-relacoes-exteriores-e-de-industria-comercio-externo-e-servicos>. Acesso em: 14 de maio de 2018.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Estados Unidos da América**. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5120-estados-unidos-da-america>. Acesso em 14 de maio de 2018.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. **Estatísticas para o estudo das relações internacionais**. Brasília, DF: FUNAG, 2016.

_____. Ministério de Minas e Energia. Empresa de Pesquisa Energética. **Anuário Estatístico de Energia Elétrica**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-160/topico-168/Anuario2017vf.pdf>. Acesso em: 14 de maio de 2018.

_____. Presidência da República. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/mensagem-ao-congresso/mensagem-ao-congresso-nacional-2010-2016/mensagem-ao-congresso-nacional-2011.pdf/view>. Acesso em: 14 de maio de 2018.

_____. Presidência da República. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.casacivil.gov.br/aceso-a-informacao/mensagem-presidencial/mensagem-ao-congresso-nacional-2018/view>. Acesso em: 14 de maio de 2018.

_____. Presidência da República. Planalto. **Relações bilaterais - Conheça os principais pontos da relação Brasil e EUA**. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/releases/2016/12/conheca-os-principais-pontos-da-relacao-brasil-e-eua>. Acesso em: 14 de maio de 2018.

Superavit de US\$ 81,86 bilhões do agronegócio foi o segundo maior da história. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**. 2018. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/noticias/superavit-de-us-81-86-bilhoes-do-agronegocio-foi-o-segundo-maior-da-historia>. Disponível em: 14 de maio de 2018.

CASTRO, Thales. **Teoria das relações internacionais**. Brasília: FUNAG, 2012. CERVO, A. L. (Org.). **O Brasil e os Estados Unidos**. Brasília: Thesaurus Editora, 2008.

CERVO, A. L.; LESSA, A. C. **O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014)**. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 57, n. 2, p. 133-151, 2014. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=35835782008>. Acesso em: 14 de maio de 2018.

DESIDERÁ NETO, W. A.; ALBRES, H. M. **Relações Brasil-Estados Unidos no governo Dilma: a agenda das visitas presidenciais oficiais em 2011 e 2012**. Boletim de Economia e Política Internacional. N. 11. Brasília, 2012.

EUA investem em eficiência. **Senado Federal**, 2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/emdiscussao/edicoes/o-desafio-da-energia/mundo/japao-busca-fontes-mais-seguras/eua-investem-em-eficiencia>. Acesso em: 14 de maio de 2018.

Human Development Report. **United Nations Development Programme**. Washington DC, 2016. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/2016_human_development_report.pdf. Acesso em: 14 de maio de 2018.

LEVY, P. M. **Carta de Conjuntura**. No 38. 2018. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=32302. Acesso em: 14 de maio de 2018.

_____. **Carta de Conjuntura**. No 39. 2018. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=32921&Itemid=3. Acesso em: 14 de maio de 2018.

MAIER, Friedrich. **A esquemática de poder em Nye e o pensamento de Antonio Gramsci**. 2016. 18 f. Trabalho de Conclusão de Curso – UNESP. São Paulo.

NYE JR. Joseph S. **O Futuro do poder**. 1a ed. São Paulo: Benvirá, 2012.

OBAMA, Barack. "Remarks by the President to the People of Brazil in Rio de Janeiro, Brazil", 20 de março de 2011. Disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2011/03/20/remarks-president-people-brazil-rio-de-janeiro-brazil>. Acesso em: 28 de maio de 2018.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Manual do Candidato – Política Internacional**. 2 ed. Brasília: FUNAG, 2012.

TRUMP, Donald. "Inside Trump's Head: An Exclusive Interview With the President, And The Single Theory That Explains Everything" [10 de outubro de 2017]. Washington: Forbes. Entrevista concedida a Randall Lane. Disponível em: <https://www.forbes.com/donald-trump/exclusive-interview/#64e05803bdec>. Acesso em: 14 de maio de 2018.

_____. "Remarks by President Trump to the People of Poland" in Warsaw, 06 de julho de 2017. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefings-statements/remarks-president-trump-people-poland/>. Acesso em: 28 de maio de 2018.

ROUSSEFF, Dilma. Discurso de S.E. a Senhora Dilma Rousseff, Presidenta da República Federativa do Brasil, na abertura do Debate Geral da 68a Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova Iorque", 24 de setembro de 2013. Disponível em: <http://www.onu.org.br/img/2013/09/Brasil-UNGA.pdf>. Acesso em: 30 de maio de 2018.

TEMER, Michel. "Discurso do Presidente da República em exercício, Michel Temer, durante cerimônia de posse dos novos ministros de estado – Brasília", 12 de maio de 2016. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/14020-discurso-do-presidente-da-republica-em-exercicio-michel-temer-durante-cerimonia-de-posse-dos-novos-ministros-de-estado-brasilia-12-de-maio-de-2016>. Acesso em: 20 de abril de 2018.

US. **Annual Estimates of the Resident Population for the United States, Regions, States, and Puerto Rico**. United States Census Bureau. Disponível em: https://www.census.gov/data/tables/2017/demo/popest/state-total.html#par_textimage_1574439295. Acesso em: 31 de maio de 2018.

_____. **States and Equivalent Entities**. United States Census Bureau. Disponível em: <https://www.census.gov/geo/reference/webatlas/states.html>. Acesso em: 31 de maio de 2018.

_____. **National Security Strategy**. The White House, Washington, 2017. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2017/12/NSS-Final-12-18-2017-0905.pdf>. Acesso em: 31 de maio de 2018.

_____. **National Defense Strategy**. 2018. Disponível em: <https://www.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/2018-National-Defense-Strategy-Summary.pdf>. Acesso em: 25 de maio de 2018.

ZHRAN, Geraldo & RAMOS, Leonardo. **Da hegemonia ao Poder Brando: implicações de uma mudança conceitual.** Trabalho apresentado no 30o Encontro Anual da Associação Nacional de PósGraduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Caxambu, 2006.